

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 466.332 - CE (2018/0219500-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : FRANCISCO CLEILTON FURTADO BRAGA (PRESO)
ADVOGADO : MIKHAIL GOMES LE SUEUR - CE020064
AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO DIRIGIDA CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR RELATOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO NA CORTE ESTADUAL. PERDA DO OBJETO. AGRAVO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se agravo regimental interposto por FRANCISCO CLEILTON FURTADO BRAGA contra a decisão de fls. 441-445, da lavra da Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, então Relatora do feito, por intermédio da qual indeferiu liminarmente o *habeas corpus* impetrado em seu favor.

Nas razões do agravo, o Agravante aduz que o art. 663 do Código de Processo Penal impede a apreciação do *writ* por decisão unipessoal da Relatora. Ressalta que sofre constrangimento ilegal resultante do recebimento da denúncia sem a sua oitiva prévia, em clara violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Pleiteia, ao final, a reconsideração do *decisum* agravado ou, caso seja levado ao Órgão colegiado, o provimento do agravo regimental com o reconhecimento da nulidade arguida.

É o relatório. Decido.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifico que a decisão do Desembargador Relator, impugnada no presente *writ*, foi substituída pelo acórdão de mérito proferido na sessão de julgamento do dia 11/12/2018.

Por tal razão, fica superada a análise das teses constantes da presente impetração, que se insurgia contra o indeferimento do pedido liminar na origem, conforme jurisprudência desta Corte:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECUSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ÓBICE IMPOSTO PELO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 691 DO STF.

IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE DROGAS. MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO JULGADO NA ORIGEM. PREJUDICIALIDADE. PERDA DE OBJETO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

[...]

IV - Segundo informações obtidas no sítio eletrônico do eg. do Tribunal de origem, verifica-se que sobreveio julgamento definitivo do habeas corpus originário em 08/03/2018. Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente mandamus, tendo em vista a perda superveniente de seu objeto, uma vez que os seus argumentos, expostos contra a decisão monocrática que indeferiu a medida liminar, restaram superados com o julgamento definitivo do writ na origem.

Habeas Corpus prejudicado." (HC 433.833/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR POR DESEMBARGADOR. EXTINÇÃO SUPERVENIENTE DO HABEAS CORPUS SEM EXAME DE MÉRITO. DECISÃO TERMINATIVA QUE DESAFIA INSTRUMENTO PRÓPRIO. AGRAVO REGIMENTAL E HABEAS CORPUS PREJUDICADOS.

1. Se a decisão liminar de Desembargador, originariamente impugnada nestes autos, já foi substituída por decisão terminativa de segundo grau, é forçoso reconhecer a perda superveniente de objeto do habeas corpus e do agravo regimental que buscavam a superação da Súmula n.691 do STF. O novo ato coator desafia impugnação própria.

2. Além de não subsistir a decisão de indeferimento da liminar, atualmente não persiste a prisão preventiva do paciente por força de direito de extensão reconhecido por Ministro do Supremo Tribunal Federal. Assim, não há falar em periculum in mora apto a autorizar a intervenção de urgência deste Superior Tribunal, fora de sua competência constitucional, para análise per saltum de legalidade de ato de Juiz de primeiro grau.

3. Agravo regimental e habeas corpus prejudicados." (AgRg no HC 447.377/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 28/08/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o agravo regimental.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora